



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

**LINHAS DE XINGU
TRANSMISSORA
DE ENERGIA S.A.**

CNPJ nº 10.240.186/0001-00

RESULTADOS 2025

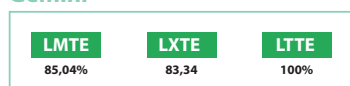
Cataguases, 12 de março de 2026 – A Administração da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia") apresenta os resultados do quarto trimestre (4T25) e do exercício de 2025. As informações financeiras a seguir foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida em Minas Gerais, com filiais no Pará e no Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Gemini Energy S.A. detém 83,34% do capital social da Companhia. Os outros 16,66% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA.



Gemini



Segue abaixo quadro com o resumo da concessão:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	RAP Ciclo 25-26 (R5 mm) ⁽¹⁾	Receitas de Fibra Ótica	Status
LXTE	out/08	PA	S08	1.550	Jun/13	179,50 ⁽²⁾	18,3	Operacional

⁽¹⁾ Os valores publicados de receita anual permitida (RAP) são referentes ao ciclo 25/26, líquidos de PIS/Cofins e consideram de receita adicional de R\$ 9,4 milhões referente à REA nº 5.149/15, passando a valer a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026.

2. PRINCIPAIS DIFERENÇAS – SOCIETÁRIO X REGULATÓRIO

O resultado financeiro das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil é elaborado a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado IFRS, com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como Resultado Regulatório.

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecida uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do aviso de crédito (AVC), ao longo do prazo do contrato, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura no societário que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado, enquanto na contabilidade regulatória existem.

Depreciação e amortização: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo de contrato no balanço patrimonial e amortizados pelo recebimento efetivo da RAP. O ativo imobilizado reconhecido no balanço patrimonial societário se refere aos bens não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

2.1 Resultado Societário: A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47), no qual a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

2.2. Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

2.3 Resultados econômico-financeiros Societário e Regulatório

Resumo-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário da LXTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Societário Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	1,2	2,4	-50,6	2,4	1,4	+69,1
Receita de operação e manutenção	2,5	2,5	-	10,8	10,4	+4,0
Remuneração dos ativos de concessão	21,5	54,4	-60,6	142,8	174,9	-18,4
Outras receitas operacionais	5,3	4,6	+14,4	20,2	20,3	-0,9
Total da receita bruta	30,3	63,7	-52,4	175,9	206,8	-15,0
Deduções da receita	(4,6)	(8,1)	-43,0	(24,8)	(27,2)	-8,7
Receita operacional líquida	25,7	55,6	-53,8	151,1	179,6	-15,9
PMSO	(11,3)	(21,3)	-46,7	(28,4)	(70,6)	-59,8
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	0,0	4,5	-99,7	0,3	3,1	-89,6
Custo de construção	(1,0)	(2,2)	-52,3	(2,1)	(1,2)	+72,7
Amortização / Depreciação	(0,1)	(0,1)	-32,8	(0,3)	(0,5)	+1,4
Resultado financeiro	(15,6)	(17,0)	-8,0	(62,0)	(59,7)	-4,9
Contribuição social e imposto de renda	0,6	(6,6)	-	(15,1)	(17,2)	-12,3
Lucro líquido	(1,8)	12,9	-	43,4	33,3	+30,4
EBITDA	13,3	36,7	-63,7	120,9	110,7	+9,1
Margem EBITDA (%)	51,7	65,9	-14,2p.p.	80,0	61,7	+18,3p.p.

⁽¹⁾ Considera provisões e reversões de contingências trabalhistas, cíveis, regulatórias, ambientais, fiscais e outras receitas e despesas.

Principais impactos do resultado societário:

Receita operacional líquida societária: a receita líquida IFRS totalizou R\$ 25,7 milhões no 4T25, uma redução de R\$ 29,9 milhões em comparação ao 4T24 ocasionado pelo menor reconhecimento de remuneração do ativo ocasionado pela variação do IPCA e das amortizações ocorridas durante o período comparado.

PMSO: A rubrica alcançou R\$ 11,3 milhões no 4T25, uma redução de R\$ 9,9 milhões em comparação com 4T24 devido aos seguintes eventos: (i) Menores gastos de pessoal em função de desativação de mão de obra contratada pontualmente para a implementação dos projetos de melhoria (R\$ 1,9 milhão); (ii) Redução de gastos com serviços de terceiros em função da internalização das atividades O&M (R\$ 5,3 milhões).

Demais despesas operacionais: No 4T25, a rubrica teve uma redução na despesa em R\$ 4,5 milhões. Essa redução foi ocasionada principalmente pelos seguintes eventos: (i) Menor volume de reversões de valores provisionados de contingências ocorridas no 4T25 em relação ao 4T24 (R\$ 5,8 milhões).

Parte desse efeito foi compensado pela redução da PCLD constituída entre os períodos comparados (R\$ 1,3 milhão).

Custo de construção: a linha de custo de construção reduziu R\$ 1,2 milhão no 4T25 em comparação com o 4T24 devido menores gastos de reforços e melhorias de pequeno porte.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2025

1 - Base de cálculo	2025			2024		
	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Receita líquida (RL)				151.059		179.572
Resultado operacional (RO)				120.553		110.231
Folha de pagamento bruta (FPB)				9.979		16.691
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.100	11,02%	0,73%	723	4,33%	0,40%
Encargos sociais compulsórios	1.482	14,85%	0,98%	2.000	11,98%	1,11%
Previdência privada	239	2,40%	0,16%	121	0,72%	0,07%
Saúde	552	5,53%	0,37%	8	0,05%	0,00%
Segurança e saúde no trabalho	64	0,64%	0,04%	55	0,33%	0,03%
Educação	-	0,00%	0,00%	2	0,01%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	97	0,97%	0,06%	5	0,03%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	3	0,03%	0,00%	3	0,02%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	680	6,81%	0,45%	1.371	8,21%	0,76%
Outros	138	1,38%	0,09%	66	0,40%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos	4.355	43,63%	2,88%	4.354	26,08%	2,41%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	27	0,02%	0,02%	30	0,03%	0,02%
Cultura	415	0,34%	0,27%	59	0,05%	0,03%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	2	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	444	0,36%	0,29%	89	0,08%	0,05%
Tributos (excluídos encargos sociais)	40.957	33,97%	27,11%	36.672	33,27%	20,42%
Total - Indicadores sociais externos	41.401	34,33%	27,40%	36.761	33,35%	20,47%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	536	0,44%	0,35%	3.735	3,39%	2,08%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	936,09	0,78%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	1.472	1,22%	0,35%	3.735	3,39%	2,08%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	9.348	8.431
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	38.783	-
Concessionárias e permissórias	6	21.172	24.409
Tributos a recuperar	7	8.926	14.249
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	200.403	191.040
Despesas Antecipadas		411	3.205
Outros créditos		14.740	11.081
Total do circulante		293.783	252.415
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	74.629	66.001
Instrumentos financeiros		5.219	-
Tributos a recuperar	7	3.271	3.021
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	2.029.302	2.069.403
Depósitos judiciais	15	318	294
		2.112.739	2.138.719
Imobilizado		386	407
Intangível		1.297	1.279
Total do não circulante		2.114.422	2.140.405
Total do ativo		2.408.205	2.392.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EBITDA e margem EBITDA: O EBITDA alcançou R\$ 13,3 milhões no 4T25, redução de R\$ 23,4 milhões comparado com o registrado em 4T24, ocasionado principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 15,6 milhões no 4T25, ocasionando uma redução de R\$ 1,4 milhão na comparação com 4T24. A redução foi ocasionada pelo aumento das receitas financeiras no 4T25 decorrente da elevação da taxa CDI em relação ao 4T24 (R\$ 1,8 milhão).

Lucro líquido: a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 1,8 milhão no 4T25, aumento de redução de R\$ 14,7 milhões na comparação com 4T24 em virtude principalmente dos eventos mencionados acima.

Resumo-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório da LXTE:

Aviso: Os resultados regulatórios são elaborados com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) cujo conteúdo tem a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerecinal das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão, não sendo considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Vale lembrar que as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Total da receita bruta	49,2	48,7	+1,0	206,6	198,9	+3,9
Deduções da receita	(6,3)	(6,7)	-5,0	(27,7)	(26,5)	+4,5
Receita operacional líquida	42,9	42,0	+2,0	179,0	172,4	+3,8
PMSO	(8,6)	(9,3)	-8,8	(25,9)	(31,8)	-18,4
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	0,0	4,5	-99,7	0,3	3,0	-89,5
Amortização / Depreciação	(12,0)	(12,0)	+0,0	(47,8)	(47,8)	+0,0
Resultado financeiro	(15,6)	(17,0)	-8,2	(62,0)	(59,6)	-4,2
Contribuição social e imposto de renda	(2,5)	(3,5)	-28,9	(10,0)	(12,4)	+19,4
Lucro líquido	4,2	4,8	-12,8	33,5	24,0	+39,8
EBITDA Regulatório	34,2	37,2	-8,1	153,4	143,7	+6,7
Margem EBITDA (%)	79,9	88,6	-8,7p.p.	85,7	83,3	+2,4p.p.

⁽¹⁾ Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Principais impactos do resultado regulatório:

Receita operacional líquida regulatória: No 4T25, a LXTE apresentou uma receita operacional líquida regulatória de R\$ 42,9 milhões, R\$ 0,9 milhão maior do que o registrado no 4T24 devido aos seguintes eventos:

(i) Reajuste tarifário para o ciclo 2025 – 2026 conforme Resolução Homologatória nº 3.481 da ANEEL;

(ii) Menor volume de descontos relacionados a Parcela de ajuste (PA), (+R\$ 0,3 milhão).

Os efeitos acima foram compensados pelo aumento de indisponibilidade das linhas (PV) no 4T25, em comparação com 4T24 (-R\$ 1,8 milhão).

PMSO: a linha de PMSO alcançou R\$ 8,6 milhões, uma redução de R\$ 0,7 milhão no 4T25 em comparação com o 4T24 em consequência da internalização das atividades O&M ocasionando um efeito líquido nas rubricas de serviços de terceiros e pessoal, em (+R\$ 1,9 milhão).

Amortização e Depreciação: No 4T25, as despesas de amortização e depreciação alcançou R\$ 12,0 milhões, em linha com o 4T24.

EBITDA regulatório: o EBITDA Regulatório alcançou R\$ 34,2 milhões no 4T25, redução de R\$ 3,0 milhões acima do registrado no 4T24, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 15,6 milhões no 4T25, ocasionando uma redução de R\$ 1,4 milhão na comparação com 4T24. A redução foi ocasionada pelo aumento das receitas financeiras no 4T25 decorrente da elevação da taxa CDI em relação ao 4T24 (R\$ 1,8 milhão).

Lucro (Prejuízo) líquido regulatório: No 4T25, a Companhia apresentou lucro de R\$ 4,2 milhões, sendo R\$ 0,6 milhões menor do que o lucro apresentado no 4T24.

3. ESTRUTURA DE CAPITAL

3.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 122,8 milhões em dezembro de 2025, frente aos R\$ 141,9 milhões registrados em setembro de 2025.

Em dezembro de 2025, a dívida líquida foi de R\$ 596,5 milhões, contra R\$ 610,5 milhões em setembro de 2025.

A seguir, apresentam-se as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos indicados:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2025	30/09/2025	30/06/2025
	Circulante		

>>>



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2025	2024
Receita de remuneração do ativo de contrato	17	142.761	174.869
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas	17	8.298	4.703
Recosta operacional líquida	17	151.059	179.572
Custos de operação	18	(22.379)	(54.778)
Lucro bruto		128.680	124.794
Despesas gerais e administrativas	18	(7.905)	(14.244)
Outras despesas		(222)	(319)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		120.553	110.231
Receitas financeiras	19	10.706	8.473
Despesas financeiras	19	(72.736)	(68.111)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(62.030)	(59.688)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		58.523	50.543
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(2.468)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	(12.611)	(17.196)
Lucro líquido de exercício		43.444	33.347
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$		0,07	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Lucro líquido de exercício	20	43.444	33.347
Itens que não serão reconhecidos para a demonstração do resultado		-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos		(4)	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício		43.440	33.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido de exercício	21	43.444	33.347
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	15.079	17.196
Is e Cofins diferido	14	2.843	727
	12, 13, 15		
Despesas (receita) com juros, variações monetárias e cambiais – líquidas	e 4,2	63.053	59.916
Remuneração do ativo de contrato de concessão	17	(142.760)	(174.869)
Margem de Construção e receita de infraestrutura	17	(44)	(26)
Amortização e depreciação	17	301	514
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	6	2.217	3.583
Provisões para riscos trabalhistas, civis, fiscais e regulatórias	15	(2.757)	(6.959)
Redução (aumento) dos ativos			
Concessionárias e permissionárias	6 e 10	176.710	165.382
Tributos a recuperar	7	5.073	(4.939)
Despesas antecipadas	2	2.794	(670)
Depósitos judiciais		(24)	(20)
Outros créditos		(3.749)	(5.684)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	11	(396)	743
Obrigações estimadas		(19)	880
Impostos e contribuições sociais	14 e 16,2	(7.654)	2.381
Encargos do Consumidor		302	525
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.800)	(2.072)
Processos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios pagos		(251)	(20.480)
Outras contas a pagar		1.371	6.974
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		152.733	76.449
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5,2	(37.936)	26.943
Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia		(2.148)	(1.660)
Aplicações no imobilizado e intangível		(357)	(256)
Caixa líquido (consumo) nas atividades de investimentos		(40.441)	25.027
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos e debêntures		50.000	-
Pagamento de empréstimos – principal	12 e 13	(102.921)	(95.886)
Pagamento de empréstimos – juros	12 e 13	(22.171)	(23.485)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		32	(136)
Pagamento de dividendos		(15.840)	-
Recursos destinados a aumento de capital		(18.090)	18.690
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos	8	(1.785)	-
Caixa líquido (consumo) nas atividades de financiamento		(111.375)	100.817
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		917	659
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5,1	8.431	7.772
Caixa e equivalentes de caixa finais	5,1	9.348	8.431
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		917	659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receitas			
Remuneração do ativo de contrato de concessão	17	142.760	174.869
Outras receitas	17	33.111	31.887
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18	(2.217)	(3.583)
		173.654	203.173
(i) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros	18	(10.625)	(44.268)
Outros custos operacionais		(2.556)	(68)
		(13.181)	(44.336)
Valor adicionado bruto		160.473	158.837
Depreciação, Amortização e Exaustão	18	(301)	(514)
Valor adicionado líquido		160.172	158.323
Valor adicionado recebido em transferência	19	11.230	8.832
Receitas financeiras		171.402	167.155
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		8.824	14.757
Benefícios		1.793	1.402
FGTS		614	1.120
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		42.438	47.194
Tribos		3.890	39.105
Obrigações Intra-setoriais		8.552	8.089
Estaduais		-	23
Municipais		1	-
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	19	72.736	68.111
Aluguéis		1.552	1.201
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	16,6	17.764	15.840
Lucros retidos		25.680	17.507
		171.402	167.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

	Rede Básica	Total Ciclo	Total Ciclo
		2025-2026	2024-2025
Concessão			
LXTE	008/2008	169.854	9.661
		179.514	170.447

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB")), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem às informações utilizadas na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2026. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios fu-

LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 10.240.186/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Reserva de Lucros Especial de Dividendos	Lucros Acumulados	Recurso destinado a Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros resultados	Total
		Reserva de lucro - lucro - Reser-va Legal	Reservas de Incentivo fiscal (imposto de renda)	Reserva Especial de Dividendos	Lucros Acumulados					
Saldos 01 de janeiro de 2024		632.529	52.227	21.814	28.323	4.330	173.896	-	-	913.119
Reversão reserva especial de dividendos conf. AGOE 24/04/2024	16,3	-	-	-	-	-	21.814	-	-	21.814
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	33.347	-	33.347
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	16,2	-	-	-	1.667	-	-	(1.667)	-	-
Reserva de lucro - orçamento de capital	16,6	-	-	-	-	-	-	(15.840)	-	(15.840)
Dividendos	16,4	-	-	-	-	-	-	(15.840)	-	(15.840)
Reserva de lucros - orçamento de capital	16,4	-	-	15.840	-	-	-	(15.840)	-	-
Recurso destinado a adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	-	-	-	-	-	-	18.690	18.690
Saldo em 31 de dezembro de 2024		632.529	52.227	37.654	29.990	4.330	195.710	-	18.690	971.130
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	43.444	-	43.444
Proposta de destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	16,2	-	-	-	2.172	-	-	(2.172)	-	-
Dividendos	16,6	-	-	-	-	-	-	(17.764)	-	(17.764)
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/reinvestimento)	16,5	-	-	-	-	5.744	-	(5.744)	-	-
Reserva de lucros - orçamento de capital	16,4	-	-	17.764	-	-	-	(17.764)	-	-
Recurso destinado a adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	-	-	-	-	-	-	(18.690)	(18.690)
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos		-	-	-	-	-	-	-	(4)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		632.529	52.227	55.418	32.162	10.074	195.710	-	(4)	978.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

turos afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº6 - Concessionárias e permissionárias; Provisão para perdas esperadas e créditos de liquidação duvidosa – PECLD; II. Nota explicativa nº8 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesas de imposto de renda e contribuição social corrente; Análise da recuperabilidade dos tributos diferidos; III. Nota explicativa nº10 - Concessão do serviço público (ativo de contrato); valor recuperável para o ativo de contrato; IV. Nota explicativa nº15 - Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais; estimativa de perda em processos judiciais; V. Nota explicativa nº22 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo; VI. Nota explicativa nº23 - Benefícios pós emprego; principais premissas atuais na mensuração dos benefícios pós emprego.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

As políticas materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1 Práticas materiais: a. Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação. **b. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração** – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e/ou do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros, que exigem a entrega de valores dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente** – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros mensurados a VJR

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo no reconhecimento em ORA. Essa opção não pode ser exercida. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios; e (iv) a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (v) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (vi) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualifiquem para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de ORA. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2025, cumpriram os saldos a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - a mensuração dos passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de compra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - Após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **c. Concessionárias e permissionárias** - refere-se aos valores de contas a receber de futuras emissões pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de completância, deduzido da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de concessionárias e permissionárias de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável. Para fins de avaliação da recuperabilidade dos créditos, a Companhia utiliza informações disponíveis sobre os agentes devedores, tendo como principal referência os relacionamentos de casos especiais divulgados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que consolidam dados relativos a inadimplência no âmbito do segmento de transmissão. Adicionalmente, a análise contempla o envelhecimento dos saldos a receber, com especial atenção aos créditos com vencimento superior a 360 dias, os quais são objeto de avaliação individualizada, em consonância com a metodologia de perdas esperadas adotada pela Companhia. Parcel

>>>



LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 10.240.186/0001-00

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	2025	2024
Concessionárias e Permissonárias	26.972	27.811
Concessionárias e Permissonárias - partes relacionadas	-	181
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD ⁽¹⁾	(5.800)	(3.583)
Total - circulante	21.172	24.409
⁽¹⁾ Refere-se basicamente aos saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das transmissoras de energia elétrica, ocorrido de forma excepcional durante o exercício, onde a Companhia avaliou que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuou o reconhecimento da provisão para perdas.		
Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:		
	2025	2024
A vencer	15.703	17.574
Vencidos até 90 dias	1.708	1.444
Vencidos até 180 dias	1.255	846
Vencidos até 360 dias	1.291	2.091
Há mais de 360 dias	7.015	6.037
Total - circulante	26.972	27.992
Os vencimentos são programados em até 30 dias após a data de emissão das faturas.		

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados com compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2025	2024
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	9.589	14.855
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.503	2.310
Contribuições ao PIS e à COFINS	1	12
Outros	104	93
Total	12.197	17.270
Circulante	8.926	14.249
Não circulante	3.271	3.021

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, TRIBUTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	2025	2024
Ativo		
Prejuízos fiscais	14.285	17.213
Base negativa da contribuição social	5.143	6.197
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	5.793	5.969
Contribuição social	2.086	2.149
Total - ativo não circulante	27.307	31.528
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(275.654)	(269.486)
Contribuição social	(99.235)	(97.015)
Total - passivo não circulante	(374.889)	(366.501)
Total líquido - passivo não circulante	(347.582)	(334.973)

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	2025	2024
Ativo/Passivo		
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	57.140	19.428
Provisões para contingências judiciais e administrativas	16.004	5.441
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa-PPECLD	5.800	1.972
Outras provisões	1.209	411
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(1.100.830)	(374.282)
Marcação a mercado - dívida	(259)	(88)
Marcação a mercado - derivativos	(1.526)	(519)
Outras diferenças temporárias	162	55
Total líquido - passivo não circulante	(1.022.300)	(347.582)

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Exercícios		
2026	8.583	8.583
2027	8.170	8.170
2028	4.376	4.376
2029	744	744
2030	904	904
2031 a 2033	2.743	2.743
Após 2033	1.887	1.887
Total	27.307	27.307

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	58.523	50.543
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais nominais	(19.898)	(17.185)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas etc.)	(12)	(11)
Incentivo fiscal - Outros ⁽¹⁾	-	-
Incentivo fiscal - Redução 75% IRPJ e adicionais (SUDAM) ⁽²⁾	5.744	-
Outros ajustes ⁽³⁾	(959)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(15.079)	(17.196)
Alíquota efetiva	25,77%	34,02%

9. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A, que detém 83,34% do capital total. As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Serviços contratados (despesas)	Compar-tilha-men-to ⁽¹⁾	Receita com trans-mis-são de energia ⁽²⁾	Deben-tures -outras despesas finan-ciais ⁽³⁾	Recursos destina-dos para futuro aumento de capital	
				Saldo a pagar ⁽⁴⁾	Saldo a receber ⁽⁵⁾
Energisa Soluções S/A ⁽⁶⁾	(49)	-	-	-	-
Energisa S/A ⁽⁸⁾	(2.198)	(1.121)	-	(436)	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	-	(32)	835	-	(2)
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	(13)	571	-	(1)
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	(96)	2.135	-	(9)
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	(10)	484	-	(1)
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	(161)	1.304	-	(15)
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	(402)	922	-	(23)
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	(182)	257	-	(16)
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	(15)	794	-	(1)
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	(10)	381	-	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	(28)	-	-	-
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	-	(2)	-	-	-
2025	(2.247)	(2.072)	7.683	(2.185)	(495)
2024	(7.543)	(2.016)	6.436	(2.185)	181

⁽¹⁾ Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição; ⁽²⁾ Refere-se a serviços contratados de Operação e Manutenção; ⁽³⁾ Serviços compartilhados de rotinas administrativas - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade, faturamento e telefonia e redes. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL, firmado em 23 de outubro de 2023, com prazo de validade de 53 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; ⁽⁴⁾ Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 01 de novembro de 2023, com vencimento em 31 de outubro de 2026, no valor total de R\$1.294, correspondente ao período de 36 meses, referente: (i) serviços de implantação (migração de sistemas GEMINT); (ii) intercompany ERP (manutenção de licenças e infraestrutura de TI); (iii) infraestrutura de TI (licenciamento e ativos DC principal e contingência); (iv) sustentação (sistemas, infraestrutura e serviços de campo). A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022; ⁽⁵⁾ Contrato de compartilhamento - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022. Em 05 de janeiro de 2024 foi realizado um aditivo contratual incluindo novas empresas; ⁽⁶⁾ Rede Power Holding de Energia S/A adquiriu no mercado parte das debêntures de 2ª emissão, com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 12. As debêntures foram negociadas em 08/2024. ⁽⁸⁾ Em 2025, a Administração da companhia respaldada em sua análise de fluxo de caixa, optou em contratar empréstimo e, com isso, efetuou a restituição dos valores referentes ao AFAC ao acionista.

Remuneração dos administradores: Nos exercícios 2025 e 2024, não houve pagamento de honorários aos administradores e esse fato não se constitui obrigação futura da Companhia, pois os serviços corporativos são executados por administradores na estrutura da controladora.

10. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO DE CONTRATO)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47. A concessão da Companhia de transmissão por não ser onerosa, não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Conforme previsto pelo CPC 47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Descrição	2025	2024
LT 500 kV Tucuruí - Xingu; LT 500 kV Xingu - Jurupari; SE Jurupari - 3ª Banda de autotransformadores 500/230 kV		
Linhas de Transmissão	100%	0%
Margem de construção	6,48%	0%
Margem de operação e manutenção	3%	12%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	IPCA	IPCA
Índice de correção do contrato	1.380.158	1.380.158
Custos incorridos	162.506	162.506
RAP anual ⁽²⁾	179.514	179.514

⁽¹⁾ A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos

de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. ⁽²⁾ A resolução homologatória da ANEEL nº 3.481 de 15 de julho de 2025 estabeleceu as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2025-2026, reajustando a RAP pelo IPCA em 5,32%. Seguem as movimentações do ativo de contrato ocorridas no exercício:

Ativo de Contrato de Concessão	2025	2024
Saldos iniciais	2.260.443	2.252.589
Receita de remuneração do ativo de contrato	142.760	174.869
Receita de operação e manutenção	44	26
Perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	10.761	10.359
Perdas de construção da infraestrutura	(219)	(127)
Recebimento RAP	2.367	1.371
Recebimento RAP	(186.451)	(178.644)
Saldo Final	2.229.705	2.260.443
Circulante	200.403	191.040
Não Circulante	2.029.302	2.069.403

11. FORNECEDORES

	2025	2024
Fornecedores de Materiais ⁽¹⁾	2.716	1.451
Fornecedores de Serviços ⁽¹⁾	8.684	10.345
Total	11.400	11.796
Circulante	7.353	8.074
Não Circulante	4.047	3.722

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

Moeda Nacional	Saldos em 2024	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação a Mercado da dívida	Saldos em 2025
Pré Fixado	110.998	-	(16.152)	(7.656)	7.564	-	94.754
Total moeda nacional	110.998	-	(16.152)	(7.656)	7.564	-	94.754
Moeda							
Estrangeira	-	50.000	-	(688)	2.668	-	51.980
Dólar	-	50.000	-	(688)	2.668	-	51.980
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	(259)	(259)
Total em moeda estrangeira	-	50.000	-	(688)	2.668	(259)	51.721
Total	110.998	50.000	(16.152)	(8.344)	10.232	(259)	146.475
Circulante	16.769	-	-	-	-	-	16.769
Não circulante	94.229	-	-	-	-	-	129.715

Encargos, atualizações monetárias, cambiais e custos

Saldos em 2023	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualizações monetárias, cambiais e custos	Saldos em 2024
Moeda nacional	127.207	(16.152)	(9.009)	8.952
Pré Fixado	127.207	(16.152)	(9.009)	8.952
Total	127.207	(16.152)	(9.009)	8.952
Circulante	16.825	-	-	16.769
Não circulante	110.382	-	-	94.229

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total	2025	2024	Encargos Swap financeiro	Pontos Passiva	Vencimento	Periodicidade de Amort.	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa Swap (% a.a.)	Garantias	Covenants
LXTE X BASA - CCB 007-10/0061-5	94.754	110.998	100,00%	-	out/31	mar/15	10,00%	-	R + S	ICSD	-
Total em moeda nacional	94.754	110.998									
BOCOM BBM - LOAN Nº 58871	51.980	-	3,54%	0,73%	set/27	Final	-7,60%	15,05%	A	N/A	-
Marcação a Mercado de Dívida ⁽⁵⁾	(259)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em moeda estrangeira	51.721	-									
Total LXTE	146.475	110.998									

⁽¹⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações no exercício findo de 31 de dezembro de 2025. ⁽²⁾ Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº21. ⁽³⁾ R = Recebíveis e S = Seguro; ⁽⁴⁾ Condições de covenants - o empréstimo e financiamento possui cláusula restritiva, que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas. ⁽⁵⁾ Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de hedge de valor justo ou pela designação como Fair Value Option (vide nota explicativa nº21); A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atualização de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos períodos:

	2025	2024
US\$ x R\$	-11,14%	27,90%
CDI	14,32%	10,88%
Vencimentos: Em 2025, os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:		
	2025	
2027	67.793	
2028	16.154	
2029	16.154	
2030	16.154	
Após 2030	13.460	
Total	129.715	

13. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Moeda Nacional	Pós Fixado	2024	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	2025
TJLP	466.274	(81.056)	(4.654)	42.137	422.701	
IPCA	159.432	(5.713)	(9.173)	15.731	160.277	
(-) Custo com captação	(10.122)	-	-	1.400	(8.722)	
Total moeda nacional	615.584	(86.769)	(13.827)	59.268	615.584	
Circulante	89.078	-	-	-	89.078	

>>>



LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 10.240.186/0001-00

	2025				2024			
	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativos								
Custo amortizado:								
Caixa e equivalente de caixa	2	9.348	9.348	8.431	8.431			
Concessionárias e permissionárias	2	21.172	21.172	24.409	24.409			
		30.520	30.520	32.840	32.840			
Valor justo por meio do resultado								
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	113.412	113.412	66.001	66.001			
Instrumentos financeiros derivativos	2	5.219	5.219	-	-			
		118.631	118.631	66.001	66.001			
		2025	2024					
Passivos								
Custo amortizado:								
Forneceadores	2	11.400	11.400	11.796	11.796			
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	669.010	671.254	726.582	728.494			
		680.410	682.654	738.378	740.290			
Valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos	2	3.693	3.693	-	-			
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	51.721	51.721	-	-			
		55.414	55.414					

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado (rubrica Forneceadores). Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa). **21.3 Categoria dos Instrumentos Financeiros: Fair Value Option:** A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria, Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2025, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia. Em 2025, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$259,9 reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado. **Incertezas:** Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseadas em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. **21.4 Gerenciamento dos riscos: Administração financeira de riscos:** A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar, mensalmente, a performance orientatória e os fatores de riscos que envolvem a Companhia. A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **Gestão de risco de capital:** O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2025	2024
Dívida ⁽¹⁾	720.731	726.582
Caixa e equivalentes de caixa	(9.348)	(8.431)
Dívida líquida	711.383	718.151
Patrimônio líquido	978.116	971.130
Índice de endividamento líquido	0,73	0,74

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excetuando derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 12 e 13.

a) Risco de liquidez: A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada						Total
	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos		
Forneceadores	7,353	-	-	-	4,047	11,400	
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	10,75%	76.193	59.335	336.265	359.572	158.998	990.363
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1.988	1.705	(5.219)	-	(1.526)	-
Total	85.534	61.040	331.046	359.572	163.045	1.000.237	

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica, e demais instalações de transmissão - DIT é definida nos termos da legislação vigente pela ANEEL. As transmissoras são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros. **b) Risco de crédito:** É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de forneceadores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas. A Administração avalia que os riscos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro do Grupo Energisa. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	9.348	8.431
Concessionárias e permissionárias	6	21.172	24.409
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	113.412	66.001
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	5.219	-

c) Risco de mercado: taxa de juros e de cambio: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações. O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 2025, excluído os efeitos dos custos com captação é de R\$529.453 (R\$536.704 em 2024), onde R\$511.721 estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 11 e 12. Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encorreu exercício findo em 2025 com redução de 11,14% sobre 2024, cotada a R\$55,204/USD (R\$6,1923/USD em 2024). A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 2025 era de 10,12%. O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	2025	2024
Ativo não circulante	2.929	2.929
Total do ativo	2.929	2.929
Passivo circulante	3.089	3.089
Total do passivo	3.089	3.089

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados às moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
	Nota Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - BOCOM BBM	9,432	USD + 5,22% CDI + 0,73%	16/09/2027	Fair Value Option
De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como Fair Value Option, vigentes em 2025 e 2024:				
	Valor de referência		Valor justo	
	2025	2024	2025	2024
Dívida designada para Fair Value Option	50.000	-	Moeda Estrangeira	(51.730)
	Posição ativa		Posição passiva	
Swap Cambial (Derivativo)	50.000	-	Moeda Estrangeira	51.730
	Posição líquida		Posição líquida Swap	
			Taxa de Juros CDI	(50.204)
			Posição Líquida Swap	1.526
			Posição Líquida Dívida + Swap	(50.204)

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 2025 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 12 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado. A Marcação a Mercado (MTM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidos diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. **21.5 Análise de Sensibilidade:** De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado: **a) Variação cambial:** Considerando a manutenção da exposição cambial no período findo em 31 de dezembro de 2025, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(50.000)		(43.833)	(55.224)	(66.615)
Variação Dívida	-		6.167	(5.224)	(16.615)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	51.730	Alta do Dólar	45.563	56.954	68.345
Variação - USD e LIBOR	-		(6.167)	5.224	16.615
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(50.204)		(50.204)	(50.204)	(50.204)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	1.526		(4.641)	6.750	18.141
Total Líquido	(48.474)		(48.474)	(48.474)	(48.474)

^(*) O a data provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida. Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2025, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$48.474 em ambos os casos. **b) Variação das taxas de juros:** Considerando que, o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2025 seja mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	113.412	Alta CDI	13.893	17.366	20.840
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(50.204)	Alta CDI	(6.150)	(7.688)	(9.225)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(422.701)	Alta TLP	(38.846)	(48.558)	(58.269)
	(160.277)	Alta IPCA	(6.828)	(8.535)	(10.242)
Subtotal (2)	(633.182)		(51.824)	(64.781)	(77.736)
Total - perdas (2)	(519.770)		(37.931)	(47.415)	(56.896)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2026 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2025, TLP 9,19% e IPCA 4,26% ambos ao ano; ⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$96.271

22. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: A Companhia é patrocinadora de plano de benefício previdenciário aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33 (R1). A administração do plano previdenciário é realizada pela Energisprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Plano de benefício patrocinado pela Companhia no exercício de 2025:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	- Aposentadoria; - Benefício por invalidez; - Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a contribuição definida em cada regulamento. No exercício, a despesa de patrocínio desse plano foi de R\$239 (R\$121 em 2024), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício. **Número de participantes/beneficiários:** Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano vinculado à patrocinadora LXTE está apresentado a seguir:

	2025	2024
(Ganhos)/Perdas atuariais - ORA	7	7
Valor das obrigações calculadas em 2025	7	7
Circulante	2	2
Não circulante	5	5
Total	7	7

Planos de saúde: A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médica-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade pós pagamento. Nessa modalidade as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliada a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação. A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as despesas operacionais com o plano de saúde foram de R\$552 (R\$616 em 2024).

	2025	2024
Custos dos juros	1	1
Total da despesa a ser reconhecida	1	1

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2025	2024
VARIÁVEIS ECONÔMICAS		
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	7,27%	7,27%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	4,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,56%	11,56%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,50%	4,50%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%
Taxa de Rotatividade	11,50%	11,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS		
Tábua de Mortalidade	BR-EMS-2017 por sexo	BR-EMS-2017 por sexo
Tábua de Invalídios	BR-EMS-2017 por sexo	BR-EMS-2017 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a definição dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na revisão da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia em demonstrações contábeis. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 10 e 17, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, o emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e

23. COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância	Prêmio Anual
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2026	90.000	13
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	3
Riscos Operacionais	30/06/2026	200.000	654
Responsabilidade Civil Obras	30/04/2025	15.000	